

A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS INDÍGENAS: AUSÊNCIAS, DESAFIOS E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

PHYSICAL EDUCATION IN INDIGENOUS SCHOOLS: GAPS, CHALLENGES,
AND EDUCATIONAL IMPLICATIONS

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 31/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/793320098](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/793320098)

Ingrydh França Pereira¹

RESUMO

Este artigo analisa ausências, desafios e possibilidades da Educação Física nas escolas indígenas por meio de uma revisão narrativa da literatura. A discussão articula corpo, cultura, currículo e formação docente, distinguindo estudos realizados em escolas indígenas de experiências desenvolvidas em outros contextos escolares. O trabalho reúne referências acadêmicas e documentos normativos para discutir o reconhecimento das práticas corporais indígenas e suas relações com a organização do ensino. As fontes examinadas apontam distanciamentos entre práticas comunitárias e conteúdos escolares, lacunas na produção científica e dificuldades relacionadas à formação de professores. Também apresentam possibilidades de aproximação entre escola e comunidade, mediante propostas contextualizadas e construídas com a participação dos povos envolvidos. Conclui-se que a valorização das práticas corporais indígenas exige formação docente, diálogo com os conhecimentos comunitários e respeito à autonomia dos povos indígenas. Por se tratar de revisão narrativa, os resultados estão circunscritos às fontes selecionadas e não constituem diagnóstico nacional sobre a oferta da Educação Física nas escolas indígenas.

Palavras-chave: Educação Física; educação escolar indígena; práticas corporais; interculturalidade.

ABSTRACT

This article examines gaps, challenges, and possibilities for Physical Education in Indigenous schools through a narrative literature review. The discussion connects body, culture, curriculum, and teacher education, distinguishing studies conducted in Indigenous schools from experiences developed in other school settings. The study brings together academic sources and normative documents to discuss the recognition of Indigenous body practices and their

relationship with the organization of teaching. The sources examined indicate a disconnect between community practices and school content, gaps in academic research, and difficulties related to teacher education. They also present opportunities to strengthen relationships between schools and communities through context-sensitive approaches developed with the participation of the peoples involved. The review concludes that valuing Indigenous body practices requires teacher education, dialogue with community knowledge, and respect for Indigenous peoples' autonomy. As a narrative review, its findings are limited to the selected sources and do not constitute a nationwide assessment of Physical Education provision in Indigenous schools.

Keywords: Physical Education; Indigenous school education; body practices; interculturality.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Física na educação escolar indígena envolve relações entre corpo, cultura, território e formas próprias de ensinar e aprender. Jogos, brincadeiras, danças e lutas possuem significados que variam entre os povos e precisam ser compreendidos em seus contextos. Ao discutir a dimensão cultural do corpo, Daolio (1995) oferece elementos para questionar propostas pedagógicas que tratam o movimento humano apenas por suas características biológicas ou técnicas.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconhece a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições dos povos indígenas, assegurando também a utilização de suas línguas maternas e de seus processos próprios de aprendizagem no ensino fundamental (Brasil, 1988). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Escolar Indígena reafirmam a especificidade dessa modalidade e a importância da participação das comunidades na construção de seus projetos educativos (Brasil, 2012). Esses fundamentos orientam a discussão sobre o lugar da Educação Física em uma escola comprometida com os conhecimentos e as demandas de cada povo.

Entretanto, o reconhecimento desses direitos convive com dificuldades na organização dos currículos e nas condições de escolarização. Luciano (2013) discute avanços e problemas persistentes da educação escolar indígena, destacando a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas. No campo das práticas corporais, Castro e Neira (2009), em estudo realizado em uma escola guarani do litoral paulista, identificaram manifestações presentes na vida comunitária que não encontravam espaço correspondente no currículo escolar. Esse resultado evidencia uma tensão situada, cuja compreensão exige atenção às particularidades da comunidade investigada.

A produção científica também apresenta questões que merecem aprofundamento. Canon Buitrago e Fraga (2020) identificaram lacunas na literatura brasileira e colombiana sobre o ensino das práticas corporais indígenas e a formação docente. Essas discussões tornam necessário distinguir a valorização das culturas indígenas em escolas não indígenas da construção da Educação Física nas próprias escolas indígenas. Embora relacionadas, essas situações envolvem sujeitos, responsabilidades e projetos educativos específicos.

Diante desse contexto, este artigo apresenta a seguinte questão: quais ausências, desafios e possibilidades relacionados à Educação

Física nas escolas indígenas são discutidos na literatura selecionada? O objetivo é analisar essas discussões, considerando suas implicações curriculares, culturais e pedagógicas. Por meio de uma revisão bibliográfica, busca-se compreender os limites apontados pelos estudos e as possibilidades de uma atuação intercultural, respeitando a diversidade das experiências e evitando generalizações sobre as escolas e os povos indígenas.

2. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, CORPO E INTERCULTURALIDADE

A educação escolar indígena integra um campo de reivindicações pelo reconhecimento das línguas, dos conhecimentos e das formas de organização dos povos indígenas. Sua construção exige considerar a participação das comunidades nas decisões sobre o currículo, o funcionamento da escola e os objetivos da escolarização. Luciano (2013) destaca que a ampliação do acesso à educação precisa ser acompanhada de condições que fortaleçam a autonomia e o protagonismo indígena. A presença de uma escola no território, portanto, não assegura, por si só, uma proposta educativa vinculada aos interesses da comunidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê o desenvolvimento de programas de educação escolar bilíngue e intercultural destinados aos povos indígenas, com objetivos relacionados à recuperação de suas memórias históricas, à reafirmação de suas identidades e à valorização de suas línguas e ciências (Brasil, 1996). As diretrizes específicas dessa modalidade reforçam a centralidade do território, das relações comunitárias e dos projetos próprios de educação (Brasil, 2012). Esses fundamentos

oferecem critérios para pensar a Educação Física a partir das experiências de cada povo.

Nessa discussão, a interculturalidade não se restringe à inclusão de atividades de diferentes origens no calendário escolar. Candau (2020) relaciona a educação intercultural ao enfrentamento das desigualdades e das hierarquias que atravessam as relações entre os grupos sociais. Essa perspectiva permite questionar quais conhecimentos recebem legitimidade no currículo, quem participa de sua seleção e como as diferenças são abordadas nas práticas educativas. Na Educação Física, essas questões alcançam tanto a escolha dos conteúdos quanto os modos de ensinar e avaliar.

O corpo ocupa lugar importante nesse debate. Daolio (1995) compreende os gestos e os usos do corpo em sua dimensão cultural, indicando que os movimentos humanos incorporam significados aprendidos socialmente. Assim, uma brincadeira, uma dança ou uma luta não pode ser compreendida somente pela descrição de seus movimentos. Também importam as relações entre os participantes, as ocasiões em que a prática acontece e os sentidos que lhe são atribuídos.

Coube (2012), ao discutir a corporeidade na educação escolar indígena, aproxima as concepções de corpo das cosmologias e das relações sociais dos povos estudados. Essa abordagem ajuda a reconhecer os limites de propostas que retiram uma manifestação de seu contexto e a apresentam apenas como exercício ou habilidade motora. A diversidade entre os povos também impede que uma única prática seja tomada como representação de todas as culturas indígenas.

As relações entre práticas tradicionais e esporte acrescentam outras questões. Almeida, Almeida e Grando (2010), em investigação sobre os Jogos dos Povos Indígenas, discutem transformações associadas à aproximação dessas manifestações com a lógica do esporte de rendimento e do espetáculo. Embora o estudo não tenha como objeto as aulas escolares, suas reflexões contribuem para examinar os efeitos de mudanças nas regras, nos objetivos e nos modos de apresentação das práticas corporais.

Para a Educação Física nas escolas indígenas, esses fundamentos apontam a importância de construir propostas em diálogo com os sujeitos da comunidade. Isso envolve compreender quais práticas podem integrar o trabalho pedagógico, quais conhecimentos exigem cuidados específicos e como os professores e demais participantes reconhecem sua presença na escola. A perspectiva intercultural depende, desse modo, das relações estabelecidas na elaboração do currículo e no cotidiano educativo.

3. PRÁTICAS CORPORAIS INDÍGENAS E DESAFIOS CURRICULARES

A inserção das práticas corporais indígenas no currículo exige atenção às diferenças entre ensinar sobre os povos indígenas e construir uma proposta educativa com uma comunidade indígena. Nas escolas não indígenas, esse trabalho pode contribuir para ampliar o conhecimento sobre a diversidade cultural e enfrentar representações estereotipadas. Nas escolas indígenas, envolve também decisões sobre a relação entre a escolarização, os conhecimentos comunitários e os projetos de cada povo.

A Base Nacional Comum Curricular contempla brincadeiras, jogos, danças e lutas de matrizes indígenas entre os conhecimentos da

Educação Física no ensino fundamental (Brasil, 2018). Essa previsão oferece uma referência para o planejamento pedagógico, mas sua realização depende da contextualização dos conteúdos e das condições de trabalho docente. Nas escolas indígenas, sua abordagem precisa respeitar as diretrizes específicas dessa modalidade e a participação comunitária na construção curricular (Brasil, 2012).

Pereira (2021) apresenta jogos, brincadeiras e lutas que ampliam as possibilidades de abordagem das culturas indígenas na Educação Física escolar. O conhecimento dessas manifestações pode apoiar o planejamento, desde que as propostas explicitem suas origens e reconheçam a diversidade entre os povos. A utilização de materiais pedagógicos requer, portanto, leitura crítica e adequação ao contexto em que serão empregados.

Experiências desenvolvidas em escolas não indígenas também oferecem contribuições, embora não possam ser tomadas como evidência das condições existentes nas escolas indígenas. Kuster (2022), por exemplo, relata o ensino da peteca e da corrida de tora em uma escola municipal de Serra, no Espírito Santo. O relato apresenta possibilidades de trabalho coletivo e de aproximação com essas manifestações. Sua contribuição está vinculada à experiência descrita, sem permitir concluir que os mesmos processos ocorreriam em outros contextos.

A formação docente aparece como um dos desafios desse trabalho. Pereira e Souza (2021), em pesquisa com 72 professores da rede municipal de Fortaleza, identificaram dificuldades para abordar as lutas corporais indígenas, associadas à formação inicial e continuada. Como a investigação não foi realizada especificamente

com professores de escolas indígenas, seus resultados ajudam a discutir a preparação docente para a temática, mas não caracterizam diretamente essa modalidade de ensino.

Ao analisar experiências pedagógicas publicadas, Maldonado e Neira (2021) identificam propostas que articulam práticas corporais das culturas negra, afro-brasileira e indígena à discussão de aspectos históricos, sociais e políticos. Essa abordagem permite ampliar o trabalho para além da execução de movimentos, incluindo reflexões sobre as relações de poder e os processos de reconhecimento cultural presentes no cotidiano escolar.

Os estudos apresentados reforçam a necessidade de distinguir a disponibilidade de conteúdos de sua efetiva apropriação pedagógica. Conhecer uma brincadeira ou uma luta constitui apenas uma parte do planejamento. Também é necessário compreender seus significados, selecionar fontes adequadas e estabelecer relações com os sujeitos e os objetivos educativos envolvidos. Nas escolas indígenas, essas escolhas precisam considerar os conhecimentos e as decisões da própria comunidade.

4. METODOLOGIA

O artigo consiste em uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa, voltada à discussão da Educação Física na educação escolar indígena. O percurso bibliográfico permite reunir e confrontar contribuições de diferentes autores sobre uma questão de pesquisa. Conforme Grazziotin, Klaus e Pereira (2022), a pesquisa bibliográfica exige delimitação do objeto, seleção fundamentada das fontes e explicitação do percurso de interpretação.

A seleção das referências foi intencional, orientada pela relação com os seguintes temas: educação escolar indígena, práticas corporais, interculturalidade, currículo e formação docente. A bibliografia reúne 20 referências, entre artigos científicos, livros, uma dissertação e documentos normativos. Esses materiais cumprem funções distintas: os estudos oferecem contribuições para a discussão do tema; os documentos normativos fundamentam seu contexto educacional; e a referência metodológica sustenta o percurso bibliográfico. Assim, as 20 referências não correspondem a 20 pesquisas empíricas.

A localização e a conferência das fontes recorreram à SciELO, aos portais dos periódicos, a repositórios institucionais e a páginas oficiais de órgãos públicos. Foram mantidas obras anteriores a 2020 por sua contribuição conceitual, histórica ou normativa, em conjunto com publicações recentes relacionadas ao tema. A seleção não pretende esgotar a produção disponível e não corresponde a uma revisão sistemática.

A discussão organiza-se em três eixos: relações entre corpo, cultura e educação escolar indígena; desafios curriculares e de formação docente; e possibilidades de construção de práticas pedagógicas interculturais. Na interpretação das fontes, são consideradas as diferenças entre pesquisas realizadas em escolas indígenas, experiências em escolas não indígenas e estudos sobre manifestações corporais em outros espaços sociais. Essa distinção orienta os limites de utilização dos resultados de cada publicação.

Por se tratar de um estudo bibliográfico, não foram realizadas entrevistas, aplicação de questionários ou observações pelos autores para este artigo. As referências a esses procedimentos dizem

respeito exclusivamente às pesquisas consultadas. As conclusões ficam circunscritas ao conjunto de fontes selecionado, sem pretensão de representar todas as escolas ou todos os povos indígenas.

5. DISCUSSÃO

A análise da literatura selecionada permite distinguir três dimensões das ausências relacionadas à Educação Física nas escolas indígenas: a distância entre conhecimentos comunitários e conteúdos escolares, as lacunas na produção científica e as dificuldades de formação docente. Embora essas dimensões possam se relacionar, cada uma exige evidências e respostas específicas. A escassez de publicações, por exemplo, não demonstra que determinada prática esteja ausente das escolas. Da mesma forma, a presença de jogos e danças no planejamento não permite concluir que seus significados culturais sejam reconhecidos no trabalho pedagógico.

5.1. Práticas Comunitárias e Seleção dos Conhecimentos Escolares

O estudo de Castro e Neira (2009), realizado em uma escola guarani do litoral paulista, oferece uma contribuição para compreender as relações entre currículo e vida comunitária. Os autores identificaram práticas corporais presentes fora da escola que não encontravam espaço correspondente no currículo. Nesse contexto, a ausência diz respeito ao reconhecimento escolar de um patrimônio cultural existente. O problema alcança, portanto, os critérios pelos quais alguns conhecimentos são considerados conteúdos de ensino e outros permanecem à margem da organização pedagógica.

Essa constatação pode ser discutida a partir de Daolio (1995), para quem os usos do corpo incorporam significados construídos culturalmente. Quando o ensino privilegia apenas a execução técnica de movimentos, pode deixar de abordar relações sociais, valores e modos de aprendizagem que constituem determinada manifestação. Na leitura aqui proposta, aproximar escola e comunidade exige conhecer essas dimensões e examinar como elas podem participar do trabalho educativo, conforme os interesses dos sujeitos envolvidos.

Coube (2012) amplia essa discussão ao relacionar a corporeidade às concepções de corpo e às cosmologias dos povos estudados. Sua contribuição ajuda a compreender que manifestações aparentemente semelhantes podem assumir sentidos diferentes entre comunidades. Uma dança, uma luta ou uma brincadeira precisa ser situada em suas relações com a memória, a organização coletiva e as experiências dos participantes. Essa diversidade limita propostas que apresentam uma atividade como representação geral das culturas indígenas.

O reconhecimento dessa complexidade também exige cuidado com as transformações introduzidas pela escolarização. Almeida, Almeida e Grando (2010), ao investigarem os Jogos dos Povos Indígenas, discutem aproximações entre práticas tradicionais, esporte de rendimento e espetáculo. Embora o objeto dessa pesquisa não sejam as aulas escolares, suas reflexões permitem formular uma questão para o planejamento: quais sentidos são preservados ou modificados quando regras, objetivos e formas de participação são reorganizados? Trata-se de uma questão analítica decorrente do diálogo entre as fontes, e não de um resultado diretamente observado nas escolas por este artigo.

A relação entre práticas comunitárias e currículo também não pressupõe que todos os conhecimentos devam ser incorporados pela escola. Cabe considerar os critérios das próprias comunidades sobre o que pode ser compartilhado, com quem e em quais circunstâncias. A partir dos fundamentos de participação e autonomia presentes nas diretrizes da educação escolar indígena, compreende-se que o planejamento precisa acolher essas decisões, incluindo os limites definidos pelos detentores dos saberes (Brasil, 2012).

5.2. Produção Científica e Limites das Evidências Disponíveis

As pesquisas de revisão oferecem outra perspectiva sobre o tema. Skolaude, Canon-Buitrago e Bossle (2020) identificam uma posição de subalternidade das questões indígenas no tratamento e na circulação da produção acadêmica examinada. Canon Buitrago e Fraga (2020), em revisão da literatura brasileira e colombiana, apontam uma produção limitada sobre o ensino das práticas corporais indígenas e a formação docente. Esses resultados mostram a necessidade de ampliar a atenção acadêmica ao assunto, respeitando os recortes adotados em cada investigação.

Felipe et al. (2024) contribuem para essa discussão ao analisarem artigos publicados em periódicos nacionais. Entre os 16 estudos selecionados em seu levantamento, quatro estavam relacionados à Educação Física escolar. Esse resultado evidencia uma presença restrita desse foco no conjunto examinado. Entretanto, não permite estimar quantas escolas desenvolvem propostas relacionadas às práticas corporais indígenas, pois publicações científicas e práticas escolares constituem universos diferentes.

O diálogo entre essas revisões permite reconhecer uma convergência: há espaço para aprofundar investigações sobre currículo, formação docente e experiências pedagógicas. Ao mesmo tempo, as diferenças entre seus critérios de seleção impedem a soma direta dos resultados ou a construção de uma medida única da produção. Cada revisão delimita fontes e questões próprias, e suas conclusões precisam ser interpretadas dentro dessas condições.

Para a presente análise, essa distinção tem uma consequência importante. O termo “ausências”, empregado no título, não corresponde à afirmação de inexistência da Educação Física nas escolas indígenas. Refere-se a problemas específicos discutidos pelas fontes, como o não reconhecimento de determinadas práticas no currículo e a atenção limitada a certos temas na literatura. Essa delimitação preserva a relação entre as evidências disponíveis e o alcance das interpretações.

5.3. Formação Docente e Construção de Propostas Contextualizadas

A formação docente aparece nas fontes como uma dimensão necessária à compreensão dos desafios pedagógicos. Pereira e Souza (2021), em pesquisa com 72 professores da rede municipal de Fortaleza, identificaram dificuldades para trabalhar as lutas corporais indígenas, associadas à formação inicial e continuada. O estudo oferece evidências sobre a abordagem dessa temática no contexto investigado. Seus resultados, porém, não caracterizam diretamente a formação ou a atuação de professores de escolas indígenas.

Essa diferença precisa ser preservada ao aproximar a pesquisa de Silva, Silva-Forsberg e Almeida (2022), voltada à formação de professores indígenas. As autoras relacionam os processos formativos à construção de uma educação diferenciada, intercultural e bilíngue. Embora sua revisão não tenha a Educação Física como foco, contribui para compreender que a formação envolve o reconhecimento dos conhecimentos indígenas e de sua participação na produção das propostas educacionais.

A leitura conjunta desses estudos permite discutir necessidades distintas. Para professores que abordam as culturas indígenas em escolas não indígenas, a formação pode favorecer o acesso a fontes, o conhecimento da diversidade entre os povos e o enfrentamento de estereótipos. Na formação de professores indígenas, é necessário considerar também as línguas, as experiências comunitárias e os projetos educativos dos quais esses docentes participam. Essas questões podem se encontrar, mas não devem ser tratadas como situações equivalentes.

A obra de Barro e Simas (2025), centrada na Escola Indígena Wakenai Anumarehit, aproxima a discussão das concepções e experiências de professores indígenas em uma realidade específica. Sua contribuição está na atenção às relações entre práticas corporais lúdicas, Educação Física e interculturalidade naquele contexto. Para esta revisão, a obra reforça a importância de examinar o que os sujeitos da escola reconhecem como relevante e quais dificuldades identificam no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Dessas aproximações decorre a compreensão de que a formação continuada precisa dialogar com problemas concretos de planejamento e ensino. O estudo de uma manifestação corporal

pode envolver sua origem, seus significados, as fontes utilizadas para conhecê-la e as possibilidades de abordagem em determinada turma. Nas escolas indígenas, esse processo precisa considerar a participação comunitária e os conhecimentos já produzidos pelos docentes, evitando tratá-los apenas como destinatários de orientações externas.

5.4. Possibilidades Pedagógicas e Implicações Educacionais

As possibilidades apresentadas na literatura ajudam a ampliar o repertório de planejamento, desde que sejam compreendidas em seus contextos. Pereira (2021) reúne jogos, brincadeiras e lutas que oferecem subsídios para a abordagem das práticas corporais indígenas. A utilização desse material exige atenção à identificação dos povos e aos sentidos das manifestações, para que a atividade não seja apresentada de forma genérica ou desvinculada de sua origem.

Kuster (2022), por sua vez, relata uma experiência com peteca e corrida de tora em uma escola municipal de Serra, no Espírito Santo. O relato permite conhecer uma proposta de ensino e as observações do professor sobre sua realização. Seu valor para esta discussão está na apresentação de uma possibilidade pedagógica situada. A experiência não constitui um modelo diretamente transferível para escolas indígenas, cujos projetos e relações comunitárias precisam orientar outras escolhas.

Maldonado e Neira (2021) contribuem ao examinarem experiências que articulam práticas corporais das culturas negra, afro-brasileira e indígena a questões históricas, sociais e políticas. Essa perspectiva oferece elementos para um ensino que relacione a vivência das

manifestações à discussão sobre sua produção e seu reconhecimento. No âmbito deste artigo, permite questionar abordagens que apresentam atividades isoladas sem explorar os conhecimentos e as relações sociais que lhes atribuem sentido.

A previsão de conteúdos na BNCC pode apoiar o planejamento dessas propostas, mas precisa ser interpretada em conjunto com os direitos e as especificidades da educação escolar indígena (Brasil, 2018, 2012). O reconhecimento legal da diversidade oferece fundamentos para a atuação escolar; sua concretização depende das decisões curriculares e das condições em que o ensino ocorre. Luciano (2013) ajuda a compreender essa relação ao discutir avanços da escolarização e problemas que persistem na garantia da autonomia e do protagonismo indígena.

Candau (2020) fornece um critério para examinar essas possibilidades ao relacionar a interculturalidade ao enfrentamento das desigualdades e das hierarquias culturais. Sob essa perspectiva, a análise do currículo precisa considerar quem seleciona os conteúdos, quais interpretações são valorizadas e como os participantes podem intervir nas decisões. A inclusão de uma manifestação corporal ganha outra dimensão quando os sujeitos vinculados a esse conhecimento participam de sua abordagem e podem questionar as formas de representação adotadas.

Como implicação pedagógica da discussão, propõe-se que o planejamento explicita os objetivos de aprendizagem, as fontes de conhecimento e os critérios de contextualização das práticas selecionadas. A participação dos estudantes pode envolver tanto a experiência corporal quanto a elaboração de perguntas e interpretações sobre os conteúdos. Nas escolas indígenas, essas

escolhas precisam ser construídas em relação ao projeto educativo da comunidade. Tais indicações constituem uma síntese propositiva desta revisão e não procedimentos testados pelos autores em pesquisa de campo.

As contribuições consultadas permitem, assim, compreender a Educação Física como parte de decisões mais amplas sobre currículo, formação e relações entre escola e comunidade. O fortalecimento de propostas interculturais depende do reconhecimento da diversidade entre os povos e da participação indígena na definição dos caminhos educativos. O conjunto de fontes sustenta essa discussão, mantendo como limite a impossibilidade de estabelecer um diagnóstico nacional ou de presumir condições comuns a todas as escolas indígenas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as ausências, os desafios e as possibilidades relacionados à Educação Física nas escolas indígenas discutidos na literatura selecionada. A revisão permitiu distinguir problemas de natureza diferente: o distanciamento entre práticas comunitárias e conteúdos escolares, identificado em uma experiência específica; as lacunas na produção científica; e as dificuldades de formação docente. Essa distinção impede que resultados localizados sejam apresentados como uma condição comum a todas as escolas indígenas.

As discussões apontam que a presença das práticas corporais no currículo envolve decisões sobre quais conhecimentos são reconhecidos, como são ensinados e quem participa de sua seleção. Jogos, brincadeiras, danças e lutas possuem sentidos vinculados às

experiências de cada povo. Sua abordagem pedagógica exige conhecer esses contextos e respeitar as decisões das comunidades sobre a circulação de seus saberes.

A formação docente e o diálogo entre escola e comunidade aparecem como dimensões importantes desse processo. As fontes oferecem contribuições para o planejamento pedagógico, mas experiências desenvolvidas em escolas não indígenas precisam ser diferenciadas daquelas realizadas em escolas indígenas. As possibilidades de aproximação entre esses trabalhos dependem do reconhecimento de seus objetivos, participantes e condições de realização.

Por se tratar de uma revisão narrativa com seleção intencional de fontes, o estudo não apresenta um levantamento exaustivo da produção nem um diagnóstico das escolas indígenas brasileiras. Seus resultados permanecem circunscritos às publicações consultadas. Pesquisas futuras podem aprofundar a compreensão de experiências específicas, com participação de professores, estudantes e demais integrantes das comunidades indígenas.

Conclui-se que a discussão sobre a Educação Física nas escolas indígenas precisa articular as condições concretas de ensino ao reconhecimento da diversidade cultural e da autonomia dos povos. A construção de propostas interculturais passa pela participação comunitária, pela formação docente contextualizada e pelo questionamento das hierarquias que orientam a seleção dos conhecimentos escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Arthur José Medeiros de; ALMEIDA, Dulce Maria Filgueira de; GRANDO, Beleni Salete. As práticas corporais e a educação do corpo indígena: a contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [s. l.], v. 32, n. 2-4, p. 59-74, dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32892010000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/My79QZWJYsZmQ7bdjvXJjn/>. Acesso em: 17 out. 2026.

BARRO, André Gama; SIMAS, Hellen Cristina Picanço. **Práticas corporais lúdicas e interculturalidade**: desafios e possibilidades na Escola Indígena Wakenai Anumarehit. Manaus: EDUA, 2025. Disponível em: <https://edoc.ufam.edu.br/handle/123456789/11276>. Acesso em: 17 out. 2026.

BRASIL. [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996]. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 out. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2012. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 out. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Acesso em: 17 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.**

Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://cdn.mec.gov.br/basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 out. 2026.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 13, n. especial, p. 678–686, 2020. DOI: [10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54949](https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54949). Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949>. Acesso em: 17 out. 2026.

CANON BUITRAGO, Edwin Alexander; FRAGA, Alex Branco. As práticas corporais indígenas no ensino da Educação Física: um estudo de revisão da literatura brasileira e colombiana. **LICERE**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 709–726, 2020. DOI: [10.35699/2447-6218.2020.25082](https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.25082). Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25082>.

Acesso em: 17 out. 2026.

CASTRO, Denise Monteiro de; NEIRA, Marcos Garcia. Cultura corporal e educação escolar indígena - um estudo de caso. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 9, n. 34, p. 234–254, jun. 2009. DOI:

<https://doi.org/10.20396/rho.v9i34.8639591>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639591>. Acesso em: 17 out. 2026.

COUBE, Roberta Jardim. **A corporeidade na educação escolar indígena**. 2012. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13235>. Acesso em: 17 out. 2026.

DAOLIO, Jocimar. Os significados do corpo na cultura e as implicações para a Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 24–28, jun. 1995. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19309/000242837.pdf>. Acesso em: 17 out. 2026.

FELIPE, Dayvson da Silva; SILVA, Reyanne Maria da; GONDIM, Denis Foster; KOHL, Henrique Gerson. Práticas corporais indígenas e educação física escolar: uma análise sobre a produção científica em periódicos nacionais. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 27, e75939, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v27.75939>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/75939>. Acesso em: 17 out. 2026.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. **Pro-Posições**, Campinas, v. 33, e20200141, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0141>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/GJCbBcY4rdVdvQY56T9qLRQ/>. Acesso em: 17 out. 2026.

KUSTER, Saulo. Práxis pedagógica da peteca e corrida de tora: um relato de experiência. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1–8, 2022. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8556>. Acesso em: 17 out. 2026.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação indígena no país e o direito de cidadania plena. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 7, n. 13, p. 345–357, 2013. DOI: [10.22420/rde.v7i13.310](https://doi.org/10.22420/rde.v7i13.310). Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/310>. Acesso em: 17 out. 2026.

MALDONADO, Daniel Teixeira; NEIRA, Marcos Garcia. O lugar da cultura negra, afro-brasileira e indígena nas aulas de Educação Física. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 19, n. 3, p. 19–25, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36453/cefe.2021.n3.26982>. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/26982>. Acesso em: 17 out. 2026.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; SOUZA, Symon Tiago Brandão de. Lutas corporais indígenas: um estudo com professores de Educação Física do município de Fortaleza – CE. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 25, n. 3, p. 34–48, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51283/rc.v25i3.12153>. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/12153>. Acesso em: 17 out. 2026.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes. **Práticas corporais indígenas: jogos, brincadeiras e lutas para implementação da Lei 11.645/08 na Educação Física escolar**. Fortaleza: Aliás, 2021. Disponível em: <https://dspace.unisa.br/handle/123456789/2742>. Acesso em: 17 out. 2026.

SILVA, Mara Rykelma da Costa; SILVA-FORSBERG, Maria Clara; ALMEIDA, Laura Isabel Marques Vasconcelos. Formação de professores indígenas: direcionamentos e desdobramentos. **Revista Cocar**, Belém, v. 17, n. 35, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5278>. Acesso em: 17 out. 2026.

SKOLAUDE, Lucas Silva; CANON-BUITRAGO, Edwin Alexander; BOSSLE, Fabiano. A Educação Física na educação escolar indígena: a produção acadêmico-científica na área 21 como perspectiva de diálogo e (re)conhecimento intercultural. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, e26009, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.90042>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/90042>. Acesso em: 17 out. 2026.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA). Endereço para correspondência: Avenida José Sarney, nº 44, Vila Nova, São Luís-MA, CEP 65085-470. E-mail: acesse
[o artigo original para visualizar o e-mail.](#)